



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM
UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO
PARANAÍBA
ATA NA ÍNTEGRA DA 112ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Local: Sede Regional SISEMA – Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro – Uberlândia/MG
Data: 11 de julho de 2014 às 09h00min

Aos 11 (onze) dias do mês de julho do ano de 2014 (dois mil e quatorze), realizou-se na Sede Regional do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA), situada na Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Bairro Centro, município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, a 112ª (centésima décima segunda) Reunião Ordinária (RO) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), Unidade Regional Colegiada (URC), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP). Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Sra. (senhora) Marina Sardinha Machado, 1ª (primeira) Suplente da Superintendente Regional de Regularização Ambiental do Noroeste de Minas Gerais; Sr. (senhor) Gilberto Carlos de Freitas, Titular da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Sr. Flávio José Froes de Oliveira, Titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE); Sr. Eustáquio Sidnei Milanez Júnior, Titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU); Sr. Subtenente Carlos Augusto Faria de Oliveira, 2º (segundo) Suplente da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Sr. Carlos Alberto Valera, Titular da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ); Sr. Hélio Francisco Queiroz, 1º (primeiro) Suplente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA); Sr. Hélio Mendes, 1º Suplente da Prefeitura do Município Sede da Unidade Regional Colegiada (PMU); Sr. Leocarlos Marques Mundim, 1º Suplente do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba – PN1; Sr. Rui Gomes Nogueira Ramos e Sr. Thiago Alves do Nascimento, Titular e 1º Suplente, respectivamente, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Sr. João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes, 2º Suplente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Sr. Moisés Inácio Franco, Titular da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG); Sr. Fábio Pergher, Titular da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS); Sr. Fernando Ruas Machado, Titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Seção Minas Gerais (ABES/MG); Sr. Rodrigo Borges de Melo, Titular do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG); Sr. Antônio Geraldo de Oliveira, Titular da Associação Cerrado Vivo para Conservação da Biodiversidade (CERVIVO); Sr. Rodrigo de Castro Amedee Peret, Titular da Ambiente e Educação Interativa (AMEDI); Sr. Reginaldo de Camargo, 1º Suplente da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Sra. Ana Lúcia Britto da Cruz, Titular do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA). MARINA (PRESIDENTE): Bom dia a todos, peço aos Conselheiros para que tomem seus assentos para darmos início à Reunião, já temos o quorum regimental. Então, vamos início à Pauta da 112ª (centésima décima segunda) Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM); 11 (onze) de julho de 2014 (dois mil e quatorze), às 09h14min (nove horas e quatorze minutos), da manhã. Vamos à Execução do Hino Nacional Brasileiro. **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro. 2. Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Dr. Danilo Vieira Júnior.** Vamos ao Item **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.** SUBTENENTE AUGUSTO (POLÍCIA MILITAR):



Presidente, eu gostaria de fazer apenas um agradecimento, essa é a última reunião que eu participo como Conselheiro do COPAM, foi um prazer, uma honra, ter feito parte dessa equipe e apresentar os novos integrantes que estão na plateia, que são o Sargento Hélio e o Subtenente Patrício; esses são os novos componentes do COPAM, além do nosso Comandante. Eu agradeço muito obrigado. MARINA (PRESIDENTE): Na verdade, em nome da SUPRAM Triângulo e do Estado nós é que agradecemos a sua participação de vocês, sempre assídua, de forma a engrandecer os discursos nas nossas reuniões. Então, nós é que agradecemos e damos boas-vindas aos novos Conselheiros. THIAGO (FIEMG): Bom dia Conselheiros, bom dia Presidente. Eu gostaria de re-convidar a todos, dia 24 (vinte e quatro) desse mês nós estaremos fazendo uma palestra lá na FIEMG sobre a Nova Lei Florestal Mineira, já passei o convite para alguns de vocês; vou reencaminhar para SUPRAM e solicito que possa ser divulgado para nós, para que a gente tenha o máximo de informação e o máximo de público presente. Obrigado. Então, vamos ao Item **4. Exame da Ata da 111ª RO de 13/06/2014**. Em discussão. Coloco em votação a Ata da 111ª RO de 13/06/2014. Os Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais, abstenções se manifestem. Aprovada. Vou fazer a leitura dos processos que estão em pauta, o Conselheiro que desejar alguma intervenção, solicite destaque. Item **5. Processo Administrativo para exame da Licença Prévia**: 5.1 AES Tietê S.A./Usina Fotovoltaica Água Vermelha - Usina Solar Fotovoltaica - Iturama/MG - PA/Nº. 17113/2010/001/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Destaque Ministério Público. Item **6. Processos Administrativos para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação**: 6.1 ARR-MAZ do Brasil Ltda. - Fabricação de outros produtos químicos não especificados ou não classificados - Uberlândia/MG - PA/Nº 39136/2013/001/2014 - Classe 3. Apresentação: SUPRAM TMAP. Destaque Fábio, Polícia Militar destaque. 6.2 Usina Delta S/A./Unidade Delta - Repotenciação de geração de bioeletricidade sucroenergética - Delta/MG - PA/Nº 0030/1980/023/2014 - Classe 3. Apresentação: SUPRAM TMAP. Destaque Ministério Público. Item **7. Processo Administrativo para exame de Revalidação da Licença de Operação**: 7.1 CFL - Construtora Ferreira Lima Ltda. - Pavimentação e/ou melhoramentos de rodovias e usina de produção de concreto asfáltico - Ituiutaba/MG - PA/Nº 00258/2004/003/2012 - Classe 3. Apresentação: SUPRAM TMAP. Então, vou colocar em votação o Item 7.1; Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais, abstenções se manifestem. Abstenção Conselheiro da UFU. Processo aprovado com 01 (uma) abstenção. Vou retornar ao Item 5.1 destaque Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ): Bom dia a todos, Senhora Presidente, sem entrar no mérito da polêmica, enfim, singelamente nós queríamos fazer propositura de 01 (uma) Condicionante, que é a Condicionante que tange à Regularização da Reserva Legal. MARINA (PRESIDENTE): O senhor vai fazer a leitura, doutor Carlos? CARLOS VALERA (PGJ): Poderia ser a seguinte redação: "*Averbar ou de forma facultativa fazer a inscrição junto ao CAR da área de Reserva Legal, correspondente a 20% (vinte por cento) da área total do imóvel rural*". FERNANDO RUAS (ABES): Eu gostaria de questionar a equipe técnica por que no Parecer está falando que conforme o Artigo 25 os empreendimentos de energia elétrica não estão sujeitos à constituição de Reserva Legal? Queria uma explicação de vocês, por favor. LUIS (SUPRAM): Esse Artigo 25 é em decorrência da Nova Legislação Florestal Mineira, que ele dispensa os empreendimentos de geração de energia de constituição de Reserva Legal. FERNANDO RUAS (ABES): Ok, então quer dizer que existe uma Lei que tem essa dispensa, diferentemente da proposição dessa Condicionante? LUIS (SUPRAM): Sim, a nova Lei Mineira, a 20.922, Artigo 25. FERNANDO RUAS (ABES): Perfeito, era só para esclarecer essa questão, porque uma Condicionante diferente do que está colocado aqui. Muito obrigado. LETÍCIA (SUPRAM): Realmente, a Lei antiga; a Lei Florestal antiga tinha essa exigência, tanto que já tinha



99 Condicionante nessa questão. Só que a Nova Lei trouxe esse Artigo 25, é o parágrafo 2º,
100 inciso II, que fala que não estão sujeitos à constituição de Reserva Legal “*as áreas*
101 *adquiridas, desapropriadas e objetos de servidão, por detentor de concessão, permissão ou*
102 *autorização para exploração de potencial de energia, nas quais funcionem empreendimentos*
103 *de geração de energia elétrica, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de*
104 *energia elétrica*”. Dessa forma, entendemos que perdeu o objeto a Condicionante antiga.
105 CARLOS VALERA (PGJ): Bom, como eu disse, eu não queria entrar na polêmica, mas vou
106 ser obrigado a entrar. De fato, tanto a Lei Federal quanto a Lei Estadual; a Lei Federal no
107 Artigo 12, parágrafos 6º e 7º e a Lei Estadual no Artigo 25 dizem que os empreendimentos de
108 energia elétrica e salvo engano também de água e esgoto, estão dispensados da Reserva Legal.
109 Dispensados, não existe nenhum óbice legal para que nós, como Conselho, condicionemos
110 essa exigência e é evidente, me parece; embora eu respeito quem pense o contrário, que esses
111 dispositivos são literalmente inconstitucionais e mais, injustos. Porque eu pergunto aos outros
112 segmentos que estão aqui representados, agricultura, indústria, por que só essas atividades?
113 Por quê? Então, é evidente, pelo menos na nossa leitura que esse dispositivo está evado de
114 inconstitucionalidade. Então, uma forma de se tentar resolver essa questão é que nós aqui,
115 volto a insistir, não há nenhum impedimento legal, nenhum óbice legal, porque a Lei não diz
116 assim, é proibido condicionar Reserva Legal. A Lei diz assim: “está dispensado”, está
117 dispensado na visão do legislador, mas se na visão do Conselho, que está definindo a Licença,
118 se entender que é necessária; e todos nós sabemos que é necessária, porque é um espaço
119 protegido. Então, vamos dizer assim, é essa colocação que nós estamos fazendo, solicitando
120 ao Conselho que atente para essas duas questões. Por que só esse tipo de atividade?
121 Subvertendo completamente o sistema, porque aí a área protegida não passa a ser uma
122 obrigação do próprio (...) que passa a ser proprietária rural, mas sim da área que eu
123 desempenho, ou seja, quem define se vai ter Reserva Legal ou não é o Particular, isso sob o
124 aspecto jurídico me parece um absurdo. Daí eu volto a insistir, sob a ótica Constitucional é
125 absolutamente Inconstitucional porque fere o princípio da isonomia. Por que só os produtores
126 rurais têm que ter Reserva Legal e as Usinas Hidrelétricas não? Me parece que isso além de
127 inconstitucional é injusto. Então, só para esclarecer ao Conselho e eu gostaria de contar com a
128 compreensão de todos para que nós possamos aprovar a Condicionante. Muito obrigado.
129 FERNANDO RUAS (ABES): Prezados Conselheiros, no meu ponto de vista, isso aí já deve
130 ter sido discutido no âmbito do Congresso, no âmbito da Assembleia, por quê? Porque o
131 empreendimento de energia elétrica é um empreendimento de utilidade pública, não é que ele
132 é melhor ou pior que os outros; é simplesmente porque é um empreendimento de utilidade
133 pública e essa Usina é uma tecnologia totalmente limpa. Então, no meu entendimento, se a
134 Lei tanto Federal quanto Estadual dispensa o empreendimento de utilidade pública, eu
135 entendo que devemos seguir o parecer da SUPRAM e não colocar essa Condicionante, porque
136 nós estamos colocando alguma coisa além da Legislação para um empreendimento de
137 utilidade pública e ainda por cima uma tecnologia totalmente limpa, que o impacto é mínimo,
138 porque é do lado de uma área onde já foi feito uma intervenção, que é a Usina de Água
139 Vermelha. Então, no meu ponto de vista eu gostaria de pedir para os Conselheiros que
140 mantivessem o Parecer da SUPRAM. CARLOS VALERA (PGJ): Só para pontuar, a
141 mineração também é uma atividade de utilidade pública ou estou falando alguma inverdade?
142 A mineração é, não é? E a mineração está obrigada à Reserva Legal, esse é o primeiro ponto.
143 Segundo ponto com relação ao projeto, parabéns para a Empresa, realmente inovador, uma
144 energia limpa, louvável, mas isso não isenta o dever de proteção ambiental. Volto a dizer, a
145 Reserva Legal, por força da Lei, tanto a Federal quanto a Estadual é obrigação do próprio (...),
146 ela não pode ser proprietário do imóvel rural e a empresa é proprietária do imóvel rural.
147 Então, não pode ser a mera atividade desempenhada que vai ter o condão de afastar a



148 exigência legal. Muito obrigado. RUI RAMOS (FIEMG): Eu queria saber se tem algum
149 representante do empreendedor e se ele gostaria de se manifestar a respeito dessa questão,
150 acho que seria importante. Bom dia, ANA ELISE (REPRESENTANTE DA AES TIETÊ): A
151 posição do empreendimento é de respeito ao entendimento do Ministério Público; o
152 entendimento é institucional, mas a companhia respeita a Legislação; a Legislação dispensa
153 expressamente essa averbação. Em relação ao argumento que trata-se de um imóvel rural, a
154 própria atividade de acordo com o Estatuto da Terra descaracteriza esse uso rural, então, o
155 fato de ser um empreendimento de utilidade pública apresenta uma caracterização diferente
156 dos outros exemplos que foram trazidos pelo Promotor e que não são beneficiários dessa
157 dispensa. Esse é o nosso entendimento, pelo atendimento à Legislação. MARINA
158 (PRESIDENTE): Bom, tem outros inscritos aqui para o processo, alguém gostaria de se
159 manifestar? REGINALDO (UFU): Todos nós sabemos, assim que esse Código foi aprovado
160 que chegaria o momento que algumas decisões que foram tomadas relativas ao Código, nós
161 iríamos ter que se pronunciar a favor ou contra. Esse momento, ele ia chegar e talvez relativo
162 a esse assunto é o primeiro momento que ele vem em pauta. Obviamente, se esse Conselho
163 resolver aprovar essa Condicionante, o empreendedor ele vai recorrer e segundo o que a gente
164 conhece dos trâmites, há grandes chances de que ele ganhe essa disputa e venha a não haver
165 necessidade de averbar Reserva Legal. Mas eu acho que entra nesse momento o bom senso de
166 quem compõe esse Conselho e que está aqui, ocupando esse tempo e esse espaço para
167 defender o Meio Ambiente dentro do que é justo. Se a Legislação entender nas suas instâncias
168 superiores, que o empreendedor não precisa averbar a Reserva Legal, a Lei vai ser seguida tal
169 como está, erroneamente, na opinião humilde minha, será seguido. Mas, cabe a esse
170 Conselho, não só nessa decisão nesse momento, mas em todas as outras que nós vamos tomar,
171 relativas aos novos pontos polêmicos do Novo Código Florestal, pensar no que é bom. Nós
172 representantes que residimos e representamos essa região, se as instâncias superiores vão
173 negar o nosso entendimento e seguir a Lei seca, é o entendimento deles e eles que o façam.
174 Eles não têm compromisso especificamente com essa região, com esse município, com as
175 cidades que estão ao nosso entorno, nós temos. A nossa passagem por aqui, pelo Conselho e
176 pela vida, é pequena e transitória, a Lei vai ficar para sempre. Então, vamos pensar no que é
177 importante para a nossa região e não no que está na Lei. Se discute a Lei nas instâncias
178 superiores, daqueles que insanamente criaram tópicos relativos ao Meio Ambiente que não
179 favoreceram o Meio Ambiente. Obrigado. THIAGO (FIEMG): Só para esclarecer, eu não
180 concordo com o posicionamento do nosso Conselheiro, respeitando o que ele diz, mas não
181 concordo, porque existe sim, o Promotor mesmo, doutor Carlos Valera, já disse aqui várias
182 vezes, Meio Ambiente comando o controle. Existe uma questão aqui se chama segurança
183 jurídica, ninguém entra no Licenciamento Ambiental sem saber o que precisa e o que deve
184 cumprir, ninguém vai dar cheque em branco para um licenciamento. Ninguém está
185 questionando aqui se é justo ou não é justo, é uma questão de Legislação, simples. Se
186 estivesse na Legislação, assim como os outros empreendimentos, sempre ocorreu, sempre
187 esteve certo, sempre foi proposto e sempre foi aceito. Vou retomar e sempre que precisar vou
188 retomar com vocês; eu quero sempre que vocês se lembrem da questão do Parque Estadual do
189 Pau Furado. Aquela brincadeira que aconteceu aqui, nós tomamos uma decisão sem nenhum
190 tipo de fundamento técnico, a partir de um discurso que convenceu a todos, essa brincadeira
191 simplesmente vai custar ao empreendimento mais de meio bilhão de reais. Existiu então um
192 acordo, existiu uma regra para que então o licenciamento fosse aprovado, a Legislação disse
193 aquilo e lógico, até pelo Meio Ambiente ser uma questão que evoca-se ideologias, nós
194 compramos a ideia, mas não é prudente. Gostaria só de lembrá-los disso. CARLOS VALERA
195 (PGJ): Primeiro, não há segurança jurídica que se esse dispositivo é objeto de uma Ação
196 Direta de Inconstitucionalidade. Aliás, a única coisa que essas duas legislações, tanto a



Federal quanto a Estadual conseguiram trazer no cenário ambiental foi insegurança e caos, é só isso que a mudança do código trouxe infelizmente. Nós temos 04 (quatro) Ações Diretas de Inconstitucionalidade, discutindo basicamente o texto inteiro e respeitosamente à posição do doutor Thiago, amigo querido, não posso concordar que o que ocorreu aqui foi uma brincadeira, não posso concordar. Tenho a certeza que não foi a intenção dele de desrespeitar ninguém, mas a proposição que foi votada, aprovada sobre o Parque do Pau Furado, foi apoiada no parecer técnico da SUPRAM, amplamente e democraticamente deliberada nesse Conselho, isso precisa ficar claro. E outra questão também, eu não sei que parte específica do parecer que ele se refere do Pau Furado, só que existe uma decisão e segue na Justiça Federal, determinando o limite de 100 metros de Áreas de Preservação Permanente no entorno do reservatório. Então, isso precisa também ficar claro. Então, são situações completamente distintas, o que eu estou querendo chamar à atenção do Conselho e outra, como disse o doutor professor Reginaldo, nós iríamos enfrentar essa questão e outras Unidades Regionais Colegiadas já enfrentaram e aceitaram a Condicionante, eu posso citar como exemplo Divinópolis. Porque eu volto a dizer, quando diz está dispensado, não está proibido. E como bem disse bem o Reginaldo mais uma vez, nós temos que olhar para a nossa realidade, é importante na região de Iturama, que tem um percentual de Reserva Legal, de cobertura vegetal extremamente baixo, basta consultar os dados de inventário florestal de 2007. É importante e não é um volume grande, não vai inviabilizar o empreendimento nenhum, algo em torno de 24,000 ha. Será que isso vai impactar o empreendimento, vai inviabilizar o empreendimento? Parece-me que não. Então, precisa deixar essas coisas claras, porque aqui também, como disse, de fato é um sistema de comando e controle, só que a Lei traz o piso mínimo e nós Conselho podemos aumentar esse piso, como já fizemos em outras tantas oportunidades, ou alguém aqui se esquece que nós aplicávamos, de forma pioneira no Estado, a compensação de 2 para 1 por intervenção em APP. Muito obrigado. FREI RODRIGO (AMEDI): Eu acho que existe um imperativo moral, nós somos um Conselho Político e aqui se vota também pela consciência, não se vota simplesmente pela palavra fria da Lei, que pode ser legal, mas nem sempre é justa. E as transformações elas acontecem a partir da reação da sociedade civil, esse é o primeiro aspecto. Segundo aspecto, no que diz respeito ao Parque do Pau Furado, naquela região, é lamentável que aqui não se lembrem do sofrimento pelo qual passaram aquelas famílias que estavam assentadas naquela área. Aqui, eu pelo menos não estou a serviço do mercado, eu estou a serviço de uma sociedade. A própria alegação de utilidade pública, nós sabemos como ela se dá. Ela se dá dentro de um jogo de interesses, isso é natural na sociedade. Nós aqui dentro, defendemos interesses diferentes, essa é a riqueza desse Conselho, essa é a beleza desse sistema, mas nós nunca podemos esquecer que sobre nós paira algo maior que é a vida. E nós não podemos, mesmo que o ordenamento jurídico, que não é novidade no Brasil, que o ordenamento jurídico no Brasil já durante séculos considerou que a escravidão era legal nesse país e hoje alguém defende isso? Então, eu acredito que o nosso papel nesse momento é seguir o parecer do Ministério Público, por uma questão de justiça, inclusive aqui, uma justiça de mercado, porque faz uma distinção não justa entre os empreendedores, na mesma qualificação que é aquela da utilidade pública. Então, o que a defensora do empreendimento veio dizer aqui, que o doutor Valera teria dado um exemplo infeliz, não é verdade, porque a mineração, quero refrizar o que ele disse, é considerada de utilidade pública. Então, ele falou dentro da mesma lógica, dentro do mesmo parâmetro. Obrigado. JOÃO HENRIQUE (FAEMG): Eu queria um esclarecimento, essa área, em hectares equivale a quanto lá? **Não identificado:** De aproximadamente 57,000 ha. JOÃO HENRIQUE (FAEMG): Então, independentemente ela vai entrar na regra dos 04 (quatro) módulos fiscais? Sendo que pela Lei nova ela está excluída de ter Reserva Legal, além da questão da atividade, por ela ter 04 módulos, ela tem que ter de Reserva apenas o que ela



possuía em 22 de julho de 2008, não? Só se tiver vegetação nativa? **Não identificado:** Na verdade, a área não possui vegetação nativa, somente árvores isoladas e a área útil dela, deixa só pegar aqui para falar certinho, agora não sei de cabeça qual é o módulo fiscal de Iturama para falar se está dentro ou não. A área total é de 57,08 ha. **Áudio não identificado. Não identificado:** Como é? Na verdade essa é a área útil do empreendimento, a área da matrícula acho que é cento e vinte e alguma coisa. JOÃO HENRIQUE (FAEMG): Ok. Obrigado. Apesar das palavras do doutor Carlos aqui, em falar que o produtor rural ele foi prejudicado em função da sua atividade, ele ter que fazer a Reserva Legal, nós pela Federação da Agricultura, entendemos pela aplicação da Lei Mineira, independente de estar beneficiando outro segmento ou não, uso restrito da Lei. E quanto à questão da Inconstitucionalidade, respeito muito o trabalho do doutor Carlos, ele sabe disso, mas a nossa teoria é que a Lei foi passada, foi votada, ela tem selo de Constitucionalidade, tanto na esfera Estadual como na Federal. Tem as ADINs (Ação Direta de Inconstitucionalidade) que estão sendo julgadas, entretanto nenhuma dessas ADINs tem uma liminar que suspenda qualquer artigo dessas Leis. Então, elas têm validade e tem eficácia. Obrigado. SIDNEI (SEDRU): Eu entendo que quando o legislador colocou esses dois tópicos, não são só um, no parágrafo segundo ele coloca também os empreendimentos públicos de abastecimento de água, tratamento de esgoto, disposição adequada de resíduos sólidos também estão dispensados de Reserva Legal, ele deve ter levado em consideração que o valor final da tarifa, ele é calculado em cima dos custos que as empresas têm tanto com a implantação como para geração e a prestação desse serviço. Então, quando você impute um custo maior na implantação ou no início das atividades ou para operação, geração de energia, tanto faz para a produção de água, esse custo no final ele é levado em consideração para formar o valor final da tarifa. Então, eu acredito que o legislador colocou aqui; que quis colocar com isso, é que você evitando que o empreendimento ou que os empreendimentos tivessem no final um custo mais elevado, por menor que seja, mas no final esse custo é globalizado, é para que você tenha no final uma composição menor da tarifa que vai ser colocada. Haja vista que ele é de cunho social por isso, porque é uma atividade que vai servir depois a toda sociedade. Então, no final quem vai acabar pagando pelo valor a mais que seria gasto em alguma coisa, seria a população. Obrigado. THIAGO (FIEMG): Só para poder me retratar aqui com os colegas Conselheiros, a palavra do nosso Conselheiro Carlos Valera. Realmente fiz uma colocação um pouco, então, me retratando, mas considerando o que o nosso Conselheiro acabou de falar, da SEDRU, a ETE de Araxá, um empreendimento de abastecimento, passou aqui nesse Conselho sem a inclusão da Reserva Legal. É lógico, o papel do Ministério Público é esse, vir aqui e fazer essa pressão. Isso é, mas a ADIN ainda não tem uma decisão terminatória. A questão do Pau Furado, doutor Carlos Valera, a do entorno do lago ok. Mas, só para a gente lembrar, no início almejava-se que o Parque tivesse toda aquela área final, de mais de sete mil e aí pelos estudos, viu-se que não era uma coisa que poderia ser viável, por isso que chegou naquele outro modelo e naquela outra medição e nós retornamos, nós pedimos para que retornássemos àquela medida inicial, sem embasamento, sem ter uma certeza que aquilo seria possível. CARLOS VALERA (PGJ): Primeiro, felicitar o doutor Thiago, porque realmente quando nós nos excedemos e nos desculpamos, demonstra que nós somos homens de bem e de caráter, parabéns Thiago. A questão da COPASA, doutor Thiago, já está judicializada com Audiência designada para Setembro de 2014; a questão já está posta no Judiciário, como está posta também a questão de uma Linha de Transmissão em Timóteo. E respeitando o Sidnei, que por não coincidência, servidor da COPASA, eu nunca vi esses lucros serem revertidos para a sociedade, só para deixar isso claro, essas empresas ganham seus lucros, remuneram seus acionistas e cobram suas tarifas e eu acho que é preciso mudar essa concepção de achar que Meio Ambiente é custo; Meio Ambiente é investimento. Já passou da hora de nós todos, não



só os membros do Ministério Público que ficam pregando no deserto, mas todos entenderem que Meio Ambiente é investimento, não é custo. Porque, olhe, nós temos que resgatar a ideia de Direito Intergeracional, isso já foi falado, repetido, reprisado, por inúmeras vezes, mas dizem que às vezes o óbvio precisa ser reafirmado. Direito Intergeracional ou Sustentabilidade ou qualquer conceito ligado à questão ambiental, parte da seguinte premissa: eu, geração atual uso bem o ambiental e tenho o dever ético e moral de passar para a futura geração, pelo menos da mesma forma que eu recebi. Então, só nesse contraponto, como é possível que na mudança de legislação, somente alguns segmentos; somente alguns, não todos, considerados de interesse social ou de interesse público, sejam contemplados. Então, fico imaginando quantas ETE's, quantas Linhas de Transmissão existem no Brasil e quanto isso vai custar para o Brasil em termos de Reserva Legal. Muito obrigado. REGINALDO (UFU): Rapidamente, apenas complementando, respeito o ponto de vista de todos os colegas que se pronunciaram, só queria reforçar mais uma coisa, o que nós estamos discutindo aqui é questão de um procedimento que nós iremos adotar, respeitado o caso a caso, a partir de agora é relativo a essa assunto. Esse empreendimento, por sorte, é um empreendimento Classe 3, pequeno, com impacto ambiental pequeno. Agora, e os próximos que vierem, qual vai ser o nosso procedimento? Outro ponto para encerrar, para quem tem acompanhado pela internet o que está ocorrendo pelo Brasil, em outras casas como essas, a discussão está ocorrendo e concordando com o doutor Carlos, outros grupos tem também se manifestado contra, não só sobre essa, mas sobre outras decisões. Cabe nós, se formos contra essa Lei, não concordamos com ela, tomarmos iniciativa que mostre e se todos fizerem algo parecido ou aqueles que não concordarem com essa Lei fizerem o mesmo, em algum momento a Lei vai ter que ser revista. Porque se nós simplesmente seguirmos a Lei, tal qual como ela está, sem discussão, significa que a sociedade concorda com a Lei, tal qual como ela está, e é verdade isso? Só esse ponto. Obrigado. FLÁVIO FROES (SEDE): Eu gostaria de ouvir o pessoal da SUPRAM a esse respeito. BRUNO (SUPRAM): Como já havia dito no começo da discussão, a gente se embasou o Artigo 25 do Novo Código Florestal, onde que nesse novo código está dispensando a averbação ou aquisição de Reserva Legal para este tipo de empreendimento. LETICIA (SUPRAM): Justamente, nosso parecer foi baseado na Lei, nós como órgão executivo, nós temos que cumprir o que a Legislação determina. É como o doutor Carlos Valera colocou, tem uma DI, mas não tem efeito suspensivo, então não podemos nos basear nisso. A gente segue o que a Lei coloca, a Lei Florestal. MARINA (PRESIDENTE): Bom, a gente vai dar encaminhamento; a gente vai colocar em votação, Hélio me desculpa. HÉLIO MENDES (SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE): Talvez esse item esteja demandando mais tempo, mas ele é muito educativo e oportuno. Quando a gente fala aqui, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, isso é pesado e eu vou exemplificar isso. A Secretaria de Meio Ambiente de Uberlândia é Secretaria do Dilema, porque nós terminamos agora de fazer o mapa azul e verde de Uberlândia, nós temos 30 (trinta) cursos d'água dentro de Uberlândia. Se não existisse; se existisse essa Lei quando Uberlândia foi criada, a cidade, nada poderia existir aqui dentro; o Praia Clube, a Prefeitura, a Rondon, o Fórum, o CREA, a sede nova do CREA. Então, eu acho que o papel nosso aqui é fundamental e ele deve variar, não existe nenhuma incoerência a gente votar hoje um processo a favor e outro por característica, mas por semelhança e impacto diferente, a gente votar em posição diferente. Porque o posicionamento do Conselheiro é exatamente analisar aquilo que está a adequação da lei; a adequação da Lei tem que ser feita aqui. Então, eu vejo que nós temos que considerar muito a sério a Lei, porque é nossa obrigação como cidadão, mas nós devemos ouvir atentamente o parecer da equipe técnica da SUPRAM. Por quê? Porque a maioria de nós, às vezes, não tem a oportunidade de ir ao empreendimento, porque quando a gente vai ao empreendimento, a gente pode ter uma posição um pouco diferenciada. E quando



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO
Secretaria Executiva do COPAM

a gente não vai e tendo de um lado a Lei e a equipe técnica, talvez a forma ideal seja se abster do voto. Porque eu tenho a Lei, nós estamos aqui para fazer uma adequação, para buscar sustentabilidade, eu não fui ao empreendimento, então eu tenho a Lei, o parecer da SUPRAM, eu fiquei em dúvida, qual é o meu voto? Então, é uma questão de justiça. Eu gostaria de registrar isso, porque é algo, eu estou aqui representando não apenas a Secretaria de Meio Ambiente, a Prefeitura Municipal de Uberlândia, onde tem Secretaria de Desenvolvimento, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria da Cultura, Secretaria da Saúde, porque tudo tem a ver com sustentabilidade. Obrigado. REGINALDO (UFU): Eu só queria fazer um questionamento para a equipe técnica e para a equipe jurídica da SUPRAM. Em algum momento a equipe jurídica e a equipe técnica relativo a esse assunto, a esse tema, não vão seguir a Lei? Porque se vocês disserem que a Lei vai ser sempre seguida, tal como está, esse Conselho vai ter que avaliar muito mais pelo pensamento, pelo conhecimento de cada um aqui, ouvindo também é claro, mas ouvindo menos a equipe jurídica e a equipe técnica. Respeitando, claramente respeitando. Se a equipe jurídica e técnica me disser que vai ser sempre seguido esse procedimento quando o assunto for esse, o meu procedimento enquanto Conselheiro vai ser diferente. Porque relativo a esse assunto eu vou buscar, porque eu não tenho formação jurídica, eu vou buscar o conhecimento, além daquilo que o conhecimento técnico está me dando, porque eu vou discordar do colega e vou entender que nós temos uma responsabilidade a mais, porque a equipe jurídica e técnica vai ser sempre a favor. Perdão pela ignorância pela área jurídica, mas é assim que eu penso relativo, não só esses, mas todos os pontos do Novo Código Florestal, polêmico, dentro desse procedimento dessa casa. FREI RODRIGO (AMEDI): Não querendo polemizar com o companheiro Hélio Mendes, só queria dizer que talvez essa legislação existisse a Rondon não estaria sempre alagando e milhões de dinheiro público não teriam sido investidos dentro daquela avenida, não teríamos recalque em uma das torres ali do Shopping e outras obras na cidade. CARLOS VALERA (PGJ): Reginaldo, só para salvar o pessoal da SUPRAM, só para deixar uma coisa clara para entender o procedimento. A SUPRAM, Reginaldo, não tem opção, eles tem que se submeter ao regramento da Legislação Estadual, que é obviamente, por razões já expressas é inconstitucional, é injusta, inconcebível, é absurda, enfim, mas essa posição depende do Judiciário dizer, isso já está posto no Judiciário desde 2012, infelizmente ainda nós não temos uma definição de mérito nessa questão. Mas nada impede que em cada processo posto, haja uma discussão judicial pelo sistema que nós chamamos pelo sistema difuso de controle da inconstitucionalidade. Então, só para dizer isso, às vezes vocês estão querendo ouvir a opinião pessoal dos nossos técnicos e do nosso jurídico e isso pode trazer algum tipo de dificuldade, dentro da própria estrutura hierárquica da Secretaria. Só para deixar o pessoal da SUPRAM blindado, porque eu tenho certeza que se nós cortarmos os microfones e perguntarmos individualmente para cada um, eles vão dar sua opinião como seres humanos e como pessoas, mas isso não está posto aqui, porque eles estão aqui na condição de servidores públicos da SEMAD. KAMILA (SUPRAM): Então, Conselheiro Reginaldo, aqui, eu na condição de responsável pelo setor jurídico da SUPRAM, o que eu tenho a lhe dizer de todas as reuniões que nós tivemos com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, com a SEMAD, a orientação é para seguir a Lei Estadual 20.922 de 2013. Sabendo, inclusive, que ela é uma reprodução no que se refere à dispensa de Reserva Legal para esses empreendimentos, a Lei Mineira reproduziu o que o Congresso aprovou. Isso não é uma inovação da Lei de Minas Gerais, agora é claro que, se houver alguma decisão judicial no sentido contrário que exija que a Secretaria Estadual de Meio Ambiente obrigue determinado empreendimento a constituir Reserva Legal, nós assim vamos incluir no nosso parecer. E mais, se hoje aqui for aprovado que para esse empreendimento tem que ser constituído a averbação de Reserva Legal, isso não vai servir para a gente de forma vinculativa para outros empreendimentos. Nós, novamente



vamos seguir o que está na Lei e daí pode aqui toda vez gerar essa discussão. É esse nosso posicionamento. FÁBIO (FEDERAMINAS): Eu só queria lembrar os Conselheiros aqui, nos primórdios desse Conselho, da criação do Conselho, eu acho que eu sou o mais antigo aqui, inclusive era o Secretário de Estado que presidia as primeiras reuniões; o Conselho, tanto que eu fiquei frustrado no começo, como o companheiro aqui da Universidade, que o Conselho foi muito claro e o Secretário também, que Lei é para ser cumprida, senão não precisava de Lei, cada um fazia a sua ideia e fazia o que quisesse. Portanto, assim como nós fomos advertidos que não podíamos ir contra a Lei, existem ferramentas jurídicas para questionar a formação da Lei, que não é esse Conselho. Então, aqui pode ser um momento de repúdio, de achar que está errado, que está correto. Eu acredito nisso e concordo com isso. O único fato é que não é uma Lei que foi colocada ao acaso, tem os seus porquês, sejam os porquês já colocados aqui, que seja. A Rondon, quem não faz uso da Rondon? etc. Então, a gente às vezes, é muito fácil jogar pedra numa coisa que já aconteceu ou que já passou. Agora, o fato é, dentro da realidade que nós temos, o Ministério Público tem ferramentas para argüir, questionar o Judiciário, com relação e o porquê dessa Lei. Agora, assim, como o Conselho tem que seguir as Leis, me desculpa, os técnicos têm que seguir essas Leis, nós também, Conselheiros, foi muito claro para mim, eu acato muito bem; talvez pela minha formação militar, eu acato muito bem o que é certo e o que é errado. E isso, tudo bem que é uma coisa que vem de cada um e ninguém é dono da verdade, ninguém é dono da sabedoria total. Então, gente, se tem uma normativa que foi discutida no Congresso; foi discutida em vários Comitês; em várias coisas, será que nós temos condições técnicas, morais e etc para questionar essa Lei? Senão não precisava de Lei, montávamos “n” Conselhos e nós íamos fazer a nossa própria Lei. Então, eu não sei até onde isso está correto, só para deixar isso claro, que na minha convicção Lei é para ser cumprida, senão não precisava de Lei. HÉLIO QUEIROZ (IBAMA): Tenho ouvido as manifestações de cada posição, não sou legislador, não sou advogado; entendo que nós estamos discutindo uma Lei que realmente a Lei diz “dispensa essa Reserva Legal”, mas eu entendo como técnico que nós temos o dever e a obrigação de proteger o nosso Meio Ambiente. Ai vem a minha posição, que como estou como técnico e como IBAMA, acompanhar o Ministério Público para que essa discussão possa vir em uma situação ser discutida para que nesse caso, eu ouvi a fala do companheiro Sidnei, esse valor da Reserva Legal é insignificante para esse empreendimento. O empreendimento é grande, esse valor é insignificante; um pequeno produtor rural é exigido a Reserva Legal dele, que é muito maior do que isso, então, isso é insignificante; não é repassado, isso é repassado para o bolso das empresas, de seus beneficiários. Agora, com relação ao meu amigo e meu xará Hélio, eu gostaria que refletisse com relação à abstenção, porque nosso papel aqui entendo que não é de se abster em qualquer situação, mais polêmica que seja, nós temos que nos posicionar. Polêmica é, entendo que é polêmica, a Legislação diz sim que dispensa Reserva Legal, mas então, vamos botar na balança para ver o que nós temos, qual a posição nossa de Conselheiro aqui, vamos seguir à risca a Legislação ou vamos defender o Meio Ambiente? Entendo que nós temos que defender o Meio Ambiente. Obrigado. RUI RAMOS (FIEMG): Eu queria só fazer um breve relato, com todo respeito ao doutor Carlos, acredito que vem fazendo um grande trabalho a favor do Meio Ambiente, não só aqui na nossa região, como no Estado e até algumas das suas ações vem sendo copiadas e seguidas em outros Estados brasileiros. Eu queria lembrar que no início desse Conselho, assim como o colega aqui, também acho que sou um dos fundadores, estou aqui desde o início. Eu acho que no início esse Conselho foi bastante polêmico, muito mais do que está sendo hoje, porque as questões maiores foram sendo consolidadas. Mas eu me lembro que a sua antecessora, se eu não me engano, doutora Juliana, se não me salvo a memória, que polemiza muito as nossas reuniões e quando essas questões mais discutíveis vinham à tona ela sempre se posicionava de que ela era a guardiã da Lei. Ela estava aqui



442 como representante do Ministério Público, independente de concordar ou não, mas ela tinha
443 que fazer cumprir a Lei, então eu acho que é uma situação, queria só lembrar aos
444 Conselheiros, para aqueles que vieram, que não são tão antigos, que essa questão foi debatida
445 muitas vezes aqui, que o papel do Ministério Público é fazer se respeitar a Lei. Como todo
446 mundo disse, realmente, a maioria aqui, existe a ADIN, é um direito de todos, ainda não está
447 julgada, não tem ainda nenhuma decisão mesmo que de forma ainda preliminar, de decisão.
448 Eu acho que nós temos que levar isso em consideração. Pensando bem aí, nessa questão do
449 parecer técnico da SUPRAM, eu acho que nós devemos também levar em consideração se o
450 corpo técnico poderia nos auxiliar, principalmente aqueles que não são técnicos, na questão
451 seguinte: qual é o impacto? Porque realmente, o impacto me dá a impressão, que nesse caso é
452 muito pequeno. É uma energia limpa, como disse, eu não fui ao local, não sei em que posição
453 ela está colocada em relação ao curso d'água ou à inclinação do terreno que está lá colocada.
454 Mas, enfim, se nós estivéssemos falando de uma barragem grande onde ia ter uma área muito
455 grande inundada, que talvez inviabilizasse até a Reserva Legal, mas nesse caso, realmente me
456 parece ter um impacto muito pequeno. Como disse alguns Conselheiros aqui, o próprio doutor
457 Carlos, a posição do próprio pessoal técnico, se votasse como pessoa é uma coisa; votando ou
458 fazendo relatório como representante de um órgão público realmente a Lei precisa ser
459 respeitada. Obrigado. CARLOS VALERA (PGJ): Desculpe senhora Presidente o
460 alongamento, mas acho que essas discussões, principalmente no nível democrático e cordial
461 que ocorre são necessárias. Meu querido amigo Rui, vou lembrar a todos que a Constituição
462 Federal também é uma Lei, então, o Ministério Público está desempenhando seu papel
463 primordial, que é a defesa da Constituição, que é a Bíblia da cidadania. É a Lei das Leis.
464 Então, o Ministério Público não está sendo incoerente, muito ao contrário. Estimado Fábio,
465 nós não estamos fazendo nada contra a Lei, é nosso dever criar prerrogativas e
466 Condicionantes. Não estamos contrariando, a Lei está dispensando, mas no caso posto
467 entendemos que é necessário, nós podemos condicionar sem problema nenhum, isso precisa
468 ficar claro. Dá impressão que nós estamos propondo uma ilegalidade. Eu não estou propondo
469 uma ilegalidade; eu estou propondo uma Condicionante Ambiental para que o
470 empreendimento localizado na área rural e esta discussão da atividade há muito foi afastada,
471 porque hoje pouco importa a atividade, o imóvel está na área rural, ele está obrigado a
472 constituir a sua Reserva Legal, essa é a preposição. E todos os argumentos que foram postos,
473 acabam desaguando numa única questão e esquece todo o juridiquês que foi dito aqui. É
474 justo? É justo que só esses empreendimentos tenham esse benefício? Me parece que não ou
475 melhor, tenho certeza que não. Então só para deixar bem claro que dá impressão que nós
476 estamos propondo ilegalidade, não é isso. Estamos dizendo o seguinte: esse empreendimento
477 aqui, na visão do Conselho, que sempre pode aumentar as exigências ambientais é necessária
478 a averbação da Reserva ou a regularização da sua inscrição junto ao CAR. Muito obrigada
479 senhora presidente e me desculpe mais uma vez pelo alongado. MARINA (PRESIDENTE):
480 Só um minutinho Fábio. Na verdade eu acho que não tem que pedir desculpa de forma
481 nenhuma. Eu acho que o Conselho está aqui, chegou o momento, a gente sabia que uma hora
482 ou outra essas discussões viriam sim para o Conselho. E eu acho que a gente tem que discutir
483 mesmo, é o que foi falado, existem as questões pessoais; existem as questões de
484 representação, estamos aqui todos representando uma entidade, uma organização, e é isso que
485 tem que ser colocado sim. Eu acho que cada um tem o dever, inclusive, de defender aquela
486 organização que ele representa. Ele foi escolhido para representar não um, dois, três; ele está
487 representando um setor, um segmento. Então, eu acho válido sim, acho que a gente tem que
488 trazer esse tipo de discussão. É o que foi falado, se a gente não demonstra insatisfação, seja a
489 Lei que for, a gente é conivente, isso não serve só para o Código Florestal, eu acho que a
490 sociedade como um todo, ela tem em algum lugar que ser manifestar com aquilo que não está



de acordo. Tem os Fóruns e em relação a essa Lei específica, eu acho que esse Conselho é o Fórum que há que se levantar, é claro que não seremos nós a mudarmos o Código, mas eu acho que aqui e nos outros 09 (nove) Conselhos de Políticas que a gente tem; as outras 09 URCs que tem que levantar essa bola sim. Porque senão seremos todos coniventes, ficaremos todos calados e nunca esse Código vai mudar, para bem ou para mal, seja o que for. Quanto tempo nós gastamos aí para mudar do outro Código Florestal para esse. Então, eu acho que não tem que pedir desculpa de forma alguma; eu acho que vamos alongar o tanto que for necessário para que a gente chegue a pelo menos um consenso, porque a gente sabe que não é específico desse empreendimento, a questão aqui discutida, ela é muito maior, é um fato muito maior. Então, fiquem à vontade eu acho que esse é o momento sim da gente trazer isso para o Conselho. MOISÉS (FETAEMG): Eu estou aqui nesse Conselho há 08 (oito) anos, durante esses 08 anos a gente, várias vezes deparamos com a situação onde que a Legislação fria, tratava de uma forma e nós discutimos e construímos algo a mais do que se exigia apenas na Legislação. E se o Conselho não tiver essa liberdade de olhar socialmente as coisas coletivamente e construir algo a mais, se for apenas para analisar a Lei fria, nós não existiríamos aqui, não haveria necessidade de estarmos aqui. Agora, analisando *in-loco* cada situação especificamente, durante esses 08 anos que eu estou aqui, nós construímos várias coisas diferentes, que serviram até de exemplo para o Estado. Diante da situação que nós estamos visualizando aqui, nós temos vários princípios constitucionais para isso. Temos princípios ambientais, a prevenção, para fundamentar a criação de algo a mais, como criamos em outras oportunidades, apenas para prevenir um dano que talvez tínhamos ele evidenciado, prevenindo um possível dano. Nós construímos algo aqui nesse sentido e agora nós estamos apenas tentando discutir para construir algo que é uniforme o tratamento dessa forma de que toda propriedade rural há necessidade de ter uma Reserva Legal, independentemente que seja de interesse público, está aqui. Agora, excluirmos isso não pode, temos a liberdade, podemos construir sim algo a mais, prevenindo um possível dano futuro ambiental. Isso é princípio constitucional do Meio Ambiente, prevenção. Volto a frisar, se fosse para ser a Lei fria e morta perderíamos o sentido de um Conselho. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Bom, eu já escutei muita coisa aqui que eu acho que eu concordo aí com o Promotor, com o Moisés, com o Frei e outros mais que fizeram a palavra aí. Bom, se a gente fosse para seguir a questão só técnica e legal, não precisava de nós estarmos aqui, a SUPRAM liberava e tudo bem. Mas eu sou aqui um representante que não pode estar aqui, porque as árvores, os animais, que é a questão ambiental num todo. Então, eu tenho que responder pelo Estatuto da minha Instituição prevê que é defesa à biodiversidade. Se até hoje a gente acabou com muita coisa, porque não começar a recuperar parte dela. Eu vejo essa questão da Lei também, os grandes desmates, eu estou vendo aí, eu sou membro da COPA. A questão da proibição das árvores imunes de corte, a mesma Lei manda arrancar depois, em outro processo. Então, a gente está aqui, somos soberanos para melhorar isso daí. Eu acho que os Conselheiros tem que atentar para este fato e muitas vezes nós aprovamos licença aqui de ferramenta de pressão. Eu vi aqui, na última reunião aprovar, prorrogar uma licença que ela é quase impossível de ser executada de acordo com o cronograma e esse Conselho aprovou a prorrogação daquela licença. Na minha avaliação é impossível e vai servir de instrumento para poder a grande empresa pisar no pescoço das pessoas. Eu quero desabafar com relação a isso, eu não tive oportunidade na outra reunião falando isso. Temos que olhar sustentabilidade, tem que respeitar o ambiental, o econômico. A gente tem que ter esse tripé, mas estamos olhando mais a parte econômica, a parte do dinheiro, a parte que é natureza a gente está deixando de lado. Então, isso é um alerta que estou deixando para todos aí. FÁBIO (FEDERAMINAS): Eu só queria lembrar uma coisa aqui, muito rapidamente, nós estamos falando em censo de justiça e eu entendo que nós estamos discutindo algo muito maior do que esse caso em si. E o que me



540 preocupa é a gente começar a fazer disso aqui alguma jurisprudência dentro do próprio
541 Conselho, que pode no futuro ser muito danosa. Quando se fala em Meio Ambiente existe
542 uma cegueira, porque nós temos que ter a sustentabilidade, tem o ser, tem pessoas no meio
543 também, não é só animais, então, tem que ter o equilíbrio, eu parto deste princípio. E quando
544 se fala de justiça aqui nesse Conselho muitos de vocês vão lembrar de um caso, eu vou falar
545 um caso só para exemplificar, de um produtor rural que veio aqui, falou que tinha o dinheiro
546 ou para pagar a multa ou para construir a estação de efluente. Eu sou defensor do Meio
547 Ambiente, muito mais que muitos pregam ser, e o que aconteceu? O Conselho teve que dar a
548 multa no cara. Será que nós estávamos defendendo o Meio Ambiente? Aquilo é justo? Então,
549 muitas vezes, caro Carlos, a gente não consegue fazer esse censo de justiça prevalecer aqui e
550 isso inúmeras vezes ela sobrepõe a vontade do Conselho, porque acontece o que aconteceu,
551 nós fomos advertidos, esse foi um caso e teve vários outros casos. Moisés deve lembrar-se
552 desse caso que para mim foi muito marcante, eu cheguei a colocar meu cargo de Conselheiro
553 a disposição, porque eu achei que o nosso Conselho não tinha validade alguma. Se tinha que
554 cumprir apenas a Lei, para que Conselho? Segue-se a Lei, a opinião do corpo técnico e
555 pronto. Só que para mim naquele momento foi um divisor de águas e aqui dentro do Conselho
556 eu concordo de analisar caso a caso. O que eu discordo é que vire uma jurisprudência, quando
557 fala a compensação é 1 para 2, agora não é 2 para 1, 3 para 1; já está de acordo como
558 Conselho, aí eu sou determinante contra, porque aí não tem a discussão. Agora, falar em
559 censo de justiça, quantas injustiças nós já cometemos aqui nessa mesa? É brincadeira,
560 entendeu? Então, tem que tomar muito cuidado, porque você acha que às vezes o que é justo,
561 você está sendo injusto com o outro lado. Então, é por isso que eu tenho muito medo quando a
562 gente distancia um pouco da Lei, mais cedo ou mais tarde a gente nós vamos ser injusto com
563 alguém. Seja de uma maneira com o Meio Ambiente, seja com o ser humano, com o
564 microempreendedor. Então, por isso que eu coloco muita cautela nesse momento, porque nós
565 não estamos discutindo um simples caso, estamos discutindo aqui algo maior. Ok? JOÃO
566 HENRIQUE (FAEMG): Já que vamos discutir caso a caso aqui nesse Conselho, vamos
567 lembrar que nesse caso especificamente está se tratando de energia limpa, uma atividade
568 baixo impacto. Então, no nosso entendimento não pode ser aplicado a esse caso. Se vamos
569 exigir uma Reserva Legal, que exigimos então de uma atividade que tenha um impacto
570 significativo, o que não é o caso desse processo que está em votação. MARINA
571 (PRESIDENTE): Mais algum Conselheiro? Bom, vou colocar em votação o parecer da
572 SUPRAM referente ao Item 5.1, caso seja aprovado a gente coloca em votação a sugestão da
573 Condicionante do Ministério Público. Então, eu coloco em votação o Item 5.1; os
574 Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais se manifestem.
575 CARLOS VALERA (PGJ): O regimento fala para votar primeiro o parecer, não é senhora
576 Presidente? Porque aí é uma questão prejudicial. MARINA (PRESIDENTE): Não, a gente
577 está votando o Parecer. **Áudio não identificado.** CARLOS VALERA (PGJ): Pois é, mas
578 questões estão imbricadas. Eu vou fazer uma sugestão. MARINA (PRESIDENTE): O que
579 fala o regimento, na verdade a sempre vota primeiro o Parecer e em seguida a Condicionante.
580 Vou pedir para a Kamila conferir como que está no regimento. CARLOS VALERA (PGJ):
581 Senhora Presidente, salvo engano a senhora tem razão, mas como nós podemos; é uma
582 situação peculiar, talvez invertêssemos, votássemos primeiro a Condicionante. MARINA
583 (PRESIDENTE): Sim, claro, deixa só ver. LETÍCIA (SUPRAM): O Artigo 27, parágrafo 6º,
584 da Deliberação Normativa COPAM número 177 de 2012 estabelece que pode ser colocado
585 em votação simultaneamente nesse caso, o parecer do órgão ambiental e a proposta
586 apresentada pelo Conselheiro. MARINA (PRESIDENTE): Ótimo, vamos verificar se a
587 maioria dos Conselheiros estiver de acordo, a gente faz essa inversão. Eu acho que não vai
588 ferir o Regimento, de fazer inversão da votação, primeiramente da Condicionante e



posteriormente a gente votará o Parecer. Tem algum Conselheiro que estaria contrário a essa proposta de votar primeiro a Condicionante e posteriormente o Parecer? Tem alguma objeção da gente votar primeiro a Condicionante e posteriormente o Parecer da SUPRAM, a gente só inverter nesse caso específico? FERNANDO RUAS (ABES): Eu entendo que o julgar simultaneamente, igual está falando, porque daí a pessoa já pode manifestar o voto tanto ao Parecer quanto à Condicionante e não estamos desrespeitando o Regimento. KAMILA (SUPRAM): Presidente, eu acho que a gente deve seguir o Regimento por quê? Porque como que nós vamos aprovar uma Condicionante se não tem nenhum Parecer ainda. Então, a gente faz o seguinte, a proposta é o Parecer da SUPRAM com as Condicionantes que a gente elencou e a proposta do doutor Carlos é o Parecer da SUPRAM incluindo a Condicionante. São esses pareceres que vão estar em votação, essas duas propostas que vão estar em votação e daí os Conselheiros vão opinar por qual dessas propostas. Da forma do Regimento. CARLOS VALERA (PGJ): Doutora Kamila, mas aí na prática a gente vai estar fazendo exatamente o que eu quero. Porque o Conselho quer de forma objetiva, se posicionar sobre a incidência da Reserva Legal e obviamente essa decisão vai impactar no voto sobre o Parecer, porque o Parecer que defere a Licença ou não. Não consigo visualizar prejuízo ou ofensa ao Regimento. **Áudio não identificado.** MARINA (PRESIDENTE): Kamila. **Áudio não identificado.** CARLOS VALERA (PGJ): Senhora Presidente. **Áudio não identificado.** MARINA (PRESIDENTE): Pessoal, o seguinte, a gente vai seguir o Regimento, sempre que a gente coloca primeiro a votação do Parecer e depois a Condicionante, a gente está sim seguindo o Regimento. O Regimento tem uma exceção de que nesse caso específico, quando o Conselheiro entende que a inclusão ou não daquela Condicionante irá prejudicar o seu voto quanto ao Parecer, vote-se simultaneamente. Então, nesse caso a gente vai seguir o parágrafo 6º que fala que nesse caso o Conselheiro se manifestando que ele entende que a inclusão ou não daquela Condicionante é imprescindível para o voto dele quanto ao Parecer, a gente vai votar simultâneo. Então, a situação será a seguinte, a gente terá duas opções; o Parecer da SUPRAM de como foi disponibilizado e o Parecer da SUPRAM mais a Condicionante do Ministério Público. Cada Conselheiro irá se manifestar que “sou a favor sem a Condicionante ou sou a favor do Parecer com a Condicionante”. Então, a gente vai seguir o parágrafo 6º que é a votação simultânea. Aí eu vou pedir que todos os Conselheiros se manifestem da opção com a Condicionante ou da opção sem a Condicionante. Ok? Então, eu coloco em votação o Item 5.1; opção do Parecer da SUPRAM e opção do Parecer da SUPRAM com a Condicionante sugerida pelo Ministério Público. Tem que justificar o voto. FERNANDO RUAS (ABES): Eu voto a favor do Parecer da SUPRAM, da equipe interdisciplinar e também da Lei 20.922, Artigo 25, ou seja, sem a inclusão da Condicionante da Reserva Legal. JOÃO HENRIQUE (FAEMG): Eu voto a favor do Parecer da SUPRAM e contra a Condicionante do Ministério Público, por entender que a Lei deve ser aplicada e caso aqui nós fazemos subjetivismo, no intuito de fazer algo; imputar ao empreendedor algo diferente da Lei não se aplica nesse caso, por se tratar o empreendimento que não tem impacto e que a área está dessa maneira há vários anos. Se nós formos imputar uma Reserva Legal a um caso que apliquemos então a um caso que está gerando impacto e não nesse caso. MARINA (PRESIDENTE): A justificativa tem que ser feita àquilo que for contrário ao que a SUPRAM sugeriu, ok? Então, só na segunda opção. GILBERTO CARLOS DE FREITAS (SEAPA): Sou favorável ao Deferimento da SUPRAM e contrário à Condicionante do Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ): Pela aprovação do Parecer da SUPRAM com a inclusão da Condicionante da Reserva Legal. ANA LÚCIA (CODEMA): A favor do Parecer da SUPRAM com a Reserva Legal. REGINALDO (UFU): Voto a favor do Parecer da SUPRAM com a inclusão da Condicionante da Reserva Legal, por entender que a Lei faculta; ela não impede, mas ela faculta a inserção da obrigatoriedade da Reserva Legal. RUI RAMOS (FIEMG): A favor do



638 Parecer da SUPRAM e contra a Condicionante. FÁBIO (FEDERAMINAS): A favor do
639 Parecer e contra a Condicionante. HÉLIO MENDES (SECRETÁRIO DE MEIO
640 AMBIENTE): Parecer com a Condicionante. FLÁVIO FROES (SEDE): A favor do Parecer
641 da SUPRAM e contra a Condicionante. LEOCARLOS MARQUES MUNDIN (COMITÊ DE
642 BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DO ALTO PARANAÍBA): Eu
643 voto a favor do Parecer da SUPRAM e sou favorável e comum com as ideias do Carlos
644 Valera, da Reserva Legal. FREI RODRIGO (AMEDI): Favorável ao Parecer da SUPRAM e
645 também favorável a Condicionante colocada pelo Ministério Público, pelas razões que já
646 foram expostas. SUBTENENTE AUGUSTO (POLÍCIA MILITAR): Sou favorável com o
647 Parecer da SUPRAM com a Condicionante do Ministério Público, uma vez que todo
648 empreendimento hidrelétrico que tenha a ligação própria interna lá, do plano diretor tem a
649 liberdade ainda de definir o tamanho da APP que vai impactar mais ainda nisso aí. MOISÉS
650 (FETAEMG): A favor do Parecer da SUPRAM com a Condicionante do Ministério Público,
651 por entender que respeitando aqui o princípio da prevenção. HÉLIO QUEIROZ (IBAMA):
652 Sou favorável com o Parecer da SUPRAM com a inclusão da Condicionante com relação à
653 Reserva Legal. SIDNEI (SEDRU): Favorável ao Parecer da SUPRAM sem a Condicionante
654 do Ministério Público. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Meu voto é pelo Parecer da
655 SUPRAM com a inclusão da Condicionante, por entender que a gente tem que ter um ganho
656 ambiental na nossa região. RODRIGO (CREA): A favor do Parecer sem a Condicionante.
657 MARINA (PRESIDENTE): Bom, então, com 10 (dez) votos pela Inclusão da Condicionante,
658 aprovado o Item 5.1 com a inclusão da Condicionante sugerida pelo Ministério Público. Só
659 peço que depois você só passe para a gente a questão do prazo. CARLOS VALERA (PGJ):
660 Senhora Presidente, prazo; a redação nós já havíamos dito. Prazo: formalização da LO.
661 MARINA (PRESIDENTE): Doutor Carlos, você poderia falar novamente para a gente a
662 redação. CARLOS VALERA (PGJ): *“Averbar ou de forma facultativa fazer a inscrição junto*
663 *ao CAR da área de Reserva Legal, correspondente a 20% (vinte por cento) da área total do*
664 *imóvel rural”*. Senhora Presidente, a Matrícula está nos autos então? Só para colocar: do
665 imóvel rural de matrícula número tal, essa informação tem no procedimento. MARINA
666 (PRESIDENTE): Não está não. **Áudio não identificado.** MARINA (PRESIDENTE): A área
667 específica deste empreendimento, não é da Hidrelétrica não. Área específica deste
668 empreendimento. CARLOS VALERA (PGJ): Senhora Presidente, do imóvel rural, objeto da
669 matrícula, porque a área do empreendimento é 56,000 ha, mas do imóvel rural é ao todo
670 120,000. Então, é do imóvel rural, a totalidade do imóvel rural. BRUNO (SUPRAM): A gente
671 vai verificar o número da matrícula do imóvel para constar nos autos. MARINA
672 (PRESIDENTE): A gente vai dar andamento, a equipe técnica vai verificar e a gente retorna
673 nessa discussão. Fábio e representante da PM, item 6.1. FÁBIO (FEDERAMINAS): Eu até
674 tive uma conversa agora com os técnicos aqui ao lado, o meu questionamento era com relação
675 a não especificação da quantidade de óleo mineral que é aplicado em adubos. É tecnicamente
676 conhecido que 1 Kg (um quilo) de óleo mineral contamina mais de um milhão de água no
677 lençol freático e essa tecnologia é uma tecnologia que coloca óleo em adubo, que é uma
678 tecnologia ultrapassada. Portanto, o meu questionamento é ou vir a colocar uma
679 Condicionante que comprove que essa adição de óleo mineral aplicado nos grânulos de adubo
680 não venha a contaminar o lençol de água, só isso. MARINA (PRESIDENTE): A equipe da
681 SUPRAM, por favor. RICARDO (SUPRAM): Veja bem, para esclarecer essas dúvidas com
682 relação ao produto final fabricado pelo empreendedor, nós vamos convidar o próprio
683 empreendedor para esclarecer. Bom dia, meu nome é ALEXANDRE (REPRESENTANTE
684 LEGAL DA ARR-MAZ DO BRASIL): É uma empresa americana, com sede nos Estados
685 Unidos, na Flórida, há 50 (cinquenta) anos atuando no mercado, nos 06 (seis) Continentes.
686 Aqui no Brasil, nós estamos há 12 (doze) anos no Rio de Janeiro atuando no segmento, são



vários, na área de mineração, de construção, na parte de pavimentação e na área de fertilizantes. Especificamente com relação aos nossos produtos, em função da Instrução Normativa do Ministério da Agricultura, nós submetemos à aprovação do Ministério, não só a empresa e a sua atuação, como de seus produtos e o Ministério emitiu uma Certidão dizendo da não necessidade dessa Certificação ou homologação, em função das características físico-químicas do nosso produto. O nosso produto foi analisado por um laboratório chamado BioAgri; é um laboratório de extremo renome no mercado e o produto não é considerado biodegradável; ele é considerado facilmente biodegradável, em 28 (vinte e oito) dias o produto se degrada em 100%. Então, eu não consigo entender qual é essa restrição. Para dar uma ideia para os senhores, em média, é utilizado 2 Kg de produto por tonelada de fertilizante tratado que significa algo em torno 0,2% por tonelada. Se for ver por quilo me dá 0,000002%. Então, é de uma forma absolutamente ínfima, eu estou falando 100% da nossa formulação. A nossa formulação, acho que não há necessidade de entrar assim em detalhes, para se entender é uma questão de propriedade intelectual; há uma parcela dela de fato como polímeros industriais, que são minerais, mas é na faixa de 20% dentro da faixa da sua formulação. Então, ou seja, 20% em cima desse 0,000002%. FÁBIO (FEDERAMINAS): O meu questionamento Alexandre, é até esse 20% de óleo mineral que vai no produto, é porque a única coisa que eu questiono, qual é o impacto. Hoje nós quantificamos aqui na Lei do SNUC, que é tão debatida aqui nesse Conselho, alguns impactos ambientais futuros. Quanto que esses 20% de óleo mineral, só para esclarecer, esses polímeros que são óleo mineral, tipo BPF, derivados de petróleo, que à vezes. ALEXANDRE (REPRESENTANTE LEGAL DA ARR-MAZ DO BRASIL): Não é BPF. FÁBIO (FEDERAMINAS): Tipo. ALEXANDRE (REPRESENTANTE LEGAL DA ARR-MAZ DO BRASIL): Não, me desculpa, tipo, você está caracterizando. FÁBIO (FEDERAMINAS): Tudo bem, óleos minerais de baixa, da base da cadeia da destilação para craqueamento do petróleo. O que acontece? É o quanto que isso impacta nas águas, nos reservatórios hídricos, subterrâneos? É só, a gente precisava para termos uma noção, até porque a maioria das empresas hoje não utiliza essa tecnologia mais. É só para saber qual é o impacto, o quanto o óleo mineral impacta nos lençóis hídricos, só isso. Se tiver esse laudo, eu concordo com a sua colocação de que o percentual é muito baixo. Se o Conselho entender que é baixo, que não necessita, está tudo certo. A única coisa, qual é o impacto de 20% de óleo mineral aplicado em adubo ou que é aplicado consequentemente no solo? Isso tem impacto em águas? Só para saber isso. Que o outro laboratório faça esse ensaio para agente colocar. Isso é Condicionante, isso não inviabiliza a liberação do empreendimento. Só para esclarecer. ALEXANDRE (REPRESENTANTE LEGAL DA ARR-MAZ DO BRASIL): Ok, tranquilo. Mas a biodegradabilidade não seria suficiente? Eu diria que sim. FÁBIO (FEDERAMINAS): Então, biodegradabilidade é uma palavra relativa, tudo é biodegradável. Esse prédio vai degradar daqui a 500 anos, ele não vai existir mais. ALEXANDRE (REPRESENTANTE LEGAL DA ARR-MAZ DO BRASIL): Sim, mas eu tenho um laudo que me diz que ele é facilmente biodegradável em 28 dias. FÁBIO (FEDERAMINAS): Eu não estou questionando biodegradabilidade, eu estou questionando o impacto do óleo nos lençóis hídricos. ALEXANDRE (REPRESENTANTE LEGAL DA ARR-MAZ DO BRASIL): Mas se ele se degrada em 28 dias, qual é o impacto? FÁBIO (FEDERAMINAS): Tudo bem, você está falando que não tem. Eu estou só falando que se o Conselho achar que é. Não estou falando que eu sou contra ou favor não. Se existe ou não existe, eles vão votar a Condicionante. Eu acho que existe o impacto em óleos quando entram em contato com águas profundas, isso tem uma contaminação comprovada. Se tem contato ou não, eu não tenho conhecimento técnico, se esse percentual que você falou, baixo desse jeito, chega a se penetrar no solo e a ter contato com óleo. Eu não tenho conhecimento técnico para fazer isso, por isso que eu pedi ao corpo técnico para colocar essa Condicionante, justamente



736 para tirar essa dúvida que pairou em alguns, só isso, ou seja, isso é só se achar que há
737 necessidade, o Conselho vota. É um questionamento com relação a óleo mineral, esses 20%
738 que vai no produto, se tem algum impacto em águas ou lençóis profundos, subterrâneos, só
739 isso. ALEXANDRE (REPRESENTANTE LEGAL DA ARR-MAZ DO BRASIL):
740 Entendido. FÁBIO (FEDERAMINAS): Isso não altera em nada a liberação, eu não tenho
741 nada contra o processo não, ok? É só para votar ou não, se existe essa relação de
742 contaminação com a água. Só para números, qual é o volume produzido desse produto, em
743 litros, hoje? ALEXANDRE (REPRESENTANTE LEGAL DA ARR-MAZ DO BRASIL):
744 Hoje no Brasil, produz mais de 20.000 (vinte mil) toneladas. FÁBIO (FEDERAMINAS):
745 20.000 toneladas, se é 20% é óleo mineral então você está falando de 400.000 Kg
746 (quatrocentos mil quilos) de óleo mineral colocados no solo por ano, correto? ALEXANDRE
747 (REPRESENTANTE LEGAL DA ARR-MAZ DO BRASIL): Sim, mas ele não vai nessa
748 condição. FÁBIO (FEDERAMINAS): Eu sei. É o que eu entendi. Se 20% da fórmula e você
749 coloca esse volume, então daria 400.000 Kg de óleo que é colocado no solo. Eu só quero
750 saber qual é o impacto disso em águas profundas. ALEXANDRE (REPRESENTANTE
751 LEGAL DA ARR-MAZ DO BRASIL): Não dessa forma, porque no processo produtivo, o
752 produto se altera, ele não vai nessa forma de mineral. E falando um pouco sobre os nossos
753 clientes, quem são os nossos clientes, acho importante a gente relatar. Vale Fertilizantes,
754 talvez hoje o maior produtor de fertilizante desse país; Anglo América em Catalão; Mosaic;
755 ADM; Ex Bunge, eles usavam óleo combustível, que é carcinogênico. Hoje, nós entramos
756 com uma proposta, quem criou esse segmento foi a ARR-MAZ, substituindo o uso de um
757 produto carcinogênico por um produto não carcinogênico e biodegradável. Então, era isso que
758 eu tinha para colocar. MARINA (PRESIDENTE): Eu queria ouvir a equipe da SUPRAM.
759 ANA CLÁUDIA (SUPRAM): Só respondendo ao senhor Conselheiro, para ser bem objetiva;
760 a degradação, se ele vai ficar no meio ou não, vai contaminar o lenço freático, vão ter que ser
761 levados em consideração vários aspectos, que aqui eu não poderia lhe dar essa resposta. Por
762 exemplo, solo, tipo de solo; profundidade do solo; características estruturais e textura do solo,
763 porque no solo um componente pode contaminar o lençol freático ou não, vai depender, por
764 exemplo, ele pode ser absorvido; ele pode ser oxidado; ele pode ser neutralizado e ele pode
765 ser lixiviado e aí o problema da contaminação. Então, essa resposta realmente não poderia te
766 dar. O que me dá uma certa segurança é que o produto quando ele vai ser liberado ele tem que
767 passar pelo Ministério da Agricultura, e o Ministério da Agricultura exige esses estudos.
768 Então, como por exemplo, já foi colocado pelo empreendedor que ele tem uma certa
769 biodegradabilidade, então essa informação que você está querendo realmente não tem com ser
770 dada aqui. Teria que ser estudada em diferentes tipos de solo. Como ele vai ser utilizado em
771 diferentes tipos de solo. FÁBIO (FEDERAMINAS): Eu concordo e nem estou querendo que
772 essa resposta seja dada aqui. Estou querendo colocar uma Condicionante para que em
773 determinado tempo seja feito esse estudo para entender melhor qual é o impacto disso. Não
774 queremos a resposta aqui. Sabemos também de todos esses parâmetros e fatores que vão
775 influenciar nesse estudo. Por isso que se coloca como Condicionante, não para o
776 empreendimento, não cessa. Como eu falei anterior, vota o parecer técnico conforme está e
777 depois entraria ou não a Condicionante, que é votada, para entender qual é o impacto, se não
778 tem impacto. E outra coisa, o Ministério da Agricultura não legisla sobre o Meio Ambiente,
779 então, o órgão de competência, eu entendo que o Ministério da Agricultura analisa ativos, ver
780 se é possível colocar enquadramentos, ele não tem a jurisprudência em cima da parte
781 ambiental. Então, só para deixar claro, é uma Condicionante que eu falo para saber se tem
782 interferência ou não, só. RICARDO (SUPRAM): Deixar bem claro aqui, independente, sendo
783 imparcial com relação, que esse Conselho, objetivo de análise de processo não é analisar um
784 produto final; produto final que existe, que já foi patenteado, elaborado e foi acabado. O



objeto desse Conselho, o objetivo nosso é analisar uma Licença Prévia, uma LP mais uma LI. Então, ele vai instalar o empreendimento que vai futuramente fabricar. Então, o que nós temos que analisar são os impactos inerentes a essa fase de Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação e não o produto que será fabricado ainda na fase de operação. MARINA (PRESIDENTE): Fábio, você mantém sua proposta de Condicionante? FÁBIO (FEDERAMINAS): Sim, eu mantenho a proposta para que faça um estudo para saber o impacto da presença de 20% de óleo mineral em águas, lençóis profundos, não só profundos, mas em águas subterrâneas. MARINA (PRESIDENTE): Prazo? FÁBIO (FEDERAMINAS): Lençol freático. MARINA (PRESIDENTE): Não, prazo? FÁBIO (FEDERAMINAS): Ah. O prazo de 06 (seis) meses acredito que é mais que suficiente. MARINA (PRESIDENTE): Pois é, a gente está falando de Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação ele não tem como fazer monitoramento agora, ele não tem estudo. RICARDO (SUPRAM): Justamente, o que nós estamos analisando são sistemas de controles futuros. **Áudio não identificado.** RICARDO (SUPRAM): os projetos, as medidas, as bacias, o que ele vai instalar para fabricar futuro. O produto, não existe produto algum nesse momento, não é? MARINA (PRESIDENTE): Então está, por favor. SUBTENENTE AUGUSTO (POLÍCIA MILITAR): Eu gostaria de saber do empreendedor, o barracão destinado à produção, se ele tem aquelas vias aéreas para ventilação e se existe obstáculos para entrada de pássaros? ALEXANDRE (REPRESENTANTE LEGAL DA ARR-MAZ DO BRASIL): Não há esse tipo de circulação, é todo ele fechado em sua volta do galpão principal. SUBTENENTE AUGUSTO (POLÍCIA MILITAR): Satisfeito. MARINA (PRESIDENTE): Pessoal, vamos dar andamento à nossa pauta. Eu vou colocar em votação o Item 6.1, o Parecer da SUPRAM; os Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais, abstenções se manifestem. Abstenção Reginaldo UFU. Por favor, registrem aí no microfone as abstenções. REGINALDO (UFU): Abstenção. FREI RODRIGO (AMEDI): Abstenção. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Abstenção. MARINA (PRESIDENTE): Bom, vamos ao Item 6.2, destaque Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ): Senhora Presidente, agora não teremos polêmica. É uma proposta de Condicionante, mas o empreendedor está de acordo. Que ele apresente o Auto de Vistoria de Corpo de Bombeiros, uma Condicionante do auto de vistoria do Corpo de Bombeiros. Prazo: Formalização da LO. MARINA (PRESIDENTE): O empreendedor gostaria de se manifestar? MATEUS (DELTA): De acordo. MARINA (PRESIDENTE): Bom, já que o próprio empreendedor se manifestou favorável, a gente vai fazer na mesma situação, vamos votar o Parecer. CARLOS VALERA (PGJ): Senhora Presidente, posso dar uma sugestão? MARINA (PRESIDENTE): Sim, claro. CARLOS VALERA (PGJ): A equipe técnica não incluiria no Parecer? **Áudio não identificado.** CARLOS VALERA (PGJ): Não. MARINA (PRESIDENTE): Então, vamos votar posterior. Vou votar o Parecer da SUPRAM e vota em seguida a Condicionante. Item 6.2 em votação o Parecer da SUPRAM, Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais, abstenções se manifestem. Aprovado. Coloco em votação a Condicionante sugerida pelo Ministério Público, quanto à entrega do AVCB (Auto de Vistoria de Corpo de Bombeiros) no prazo da formalização da LO. Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais, abstenções se manifestem. FLÁVIO FROES (SEDE): Sou contra, porque laudo de AVCB não é objeto de licenciamento. CARLOS VALERA (PGJ): Caro Conselheiro, tanto é objeto que nós estamos DN específica no tange Posto de Combustível. Termos de Deliberação Normativa específica no que tange a Postos de Combustíveis, então, é sim objeto de matéria ambiental e nós temos também em pleno vigor no Estado a Lei Estadual 15.199 que disciplina a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros. Inclusive, não sei se o senhor está chegando agora, isso já é objeto de uma ação judicial que houve deferimento de uma liminar no qual se determinou que em todos os procedimentos, inclusive nas Autorizações



834 Ambientais de funcionamento fosse exigido e o Tribunal entendeu por bem suspender para
835 que seja discutido melhor o método. Então, é sim uma questão estritamente ligada à questão
836 ambiental. MARINA (PRESIDENTE): Ok. Então fica aprovado o Item 6.2 com 01 (um) voto
837 contrário. **8. Encerramento:** Bom, agradeço a presença de todos e até mês que vem. Claros,
838 só um minutinho que o Conselheiro Reginaldo. REGINALDO (UFU): A exemplo do colega
839 Thiago que teve a fineza de se retratar com o doutor Carlos eu queria só dizer para a equipe
840 técnica e para equipe jurídica quando eu fiz aquela pergunta relativa ao posicionamento de
841 vocês sobre aquele tema, eu sabia da resposta de vocês. É obvio, vocês enquanto agentes
842 públicos vão seguir o que está na Lei, não vão correr o risco de passar por uma improbidade.
843 O que eu queria era deixar os Conselheiros plenamente tranquilos para darem o seu parecer, o
844 seu posicionamento, sem a necessidade de seguir. O posicionamento de vocês é seguir o que
845 está na Lei. Então, tenho vários colegas de vocês que são amigos pessoais, mas eu peço
846 desculpas. Obrigado. MARINA (PRESIDENTE): Obrigada a todos. Nada mais havendo a
847 tratar, após a Presidente agradecer a presença de todos encerrou-se a reunião e eu, Rogério
848 Garcia Caetano, lavrei a presente Ata que segue por ela assinada. Uberlândia, 11 de julho de
849 2014.

850
851
852 _____
853 MARINA SARDINHA MACHADO – (presidente suplente)